

Big Brother Brasil: a banalização do cotidiano*

Pedrinho A. Guareschi¹

Laura Helena Pelizzoli²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Trabalho³ que analisa, de maneira crítica, o programa campeão de audiência da televisão brasileira *Big Brother Brasil*. Divide-se em duas partes: na primeira, apresenta um referencial ético para análise de programas midiáticos. Na segunda parte, faz uma análise do programa, a partir de dois grupos de informações: o primeiro constitui-se de cartas enviadas eletronicamente por ouvintes que

Abstract

The paper discusses, within a critical framework, the most assisted program of the Brazilian television, *Big Brother Brazil*. It is divided in two parts. The first presents an ethical framework for the analysis of media programs. The second part discusses two kinds of data about the program: a set of information received through electronic mail from viewers who manifested dissatisfaction with the

* Big Brother Brasil: the vulgarization of everyday life

¹ Endereço para correspondências: PUCRS, Av. Ipiranga, 6681 prédio 11, sala 927, Porto Alegre, RS, CEP 90619-900 (guareschi@pucrs.br)

² Endereço para correspondências: PUCRS, Av. Ipiranga, 6681 prédio 11, sala 927, Porto Alegre, RS, CEP 90619-900 (lpelizzoli@terra.com.br)

³ Somos gratos ao CNPq que, por meio da bolsa de Produtividade em Pesquisa, da bolsa de Apoio Técnico e das duas bolsas de Iniciação Científica, possibilitou-nos realizar este trabalho.

manifestam críticas ao programa e o segundo conjunto de informações compõe-se de dados coletados pelos pesquisadores, tendo em vista a audiência do programa. Constroem-se algumas categorias centrais que agrupam os principais temas trazidos pelos telespectadores e investigados pelos pesquisadores. As categorias são discutidas a partir do referencial ético. Ao final, sugere possíveis alternativas a programas desse gênero que possam ser eticamente aceitáveis.

program, and another set of information gathered by the researchers in viewing the programs. Central categories are constructed which group the main themes brought by the electronic mails and gathered by the researchers. The categories are discussed through the ethical framework presented earlier. At the end some suggestions about alternatives to this kind of program that can be ethically acceptable are presented.

Palavras-chave: Mídia; ideologia; ética; representações sociais.

Keywords: Media, ideology, ethics, social representations.

Introdução

Este artigo originou-se de uma pesquisa realizada pelos autores para a formulação de um parecer sobre o programa Big Brother Brasil, na sua terceira edição (2003), solicitado pela Comissão de Acompanhamento de Programação de Rádio e TV (CAP), que é ligada à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados de Brasília e ao Conselho Nacional de Comunicação, cuja campanha é intitulada: *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*. A CAP recebeu inúmeras reclamações e sugestões, por *e-mail*, de cidadãos de todo o território nacional, que se posicionaram com insistência diante de certas cenas e situações veiculadas pelo programa. Considerou-se que tais situações e cenas feriam a ética, apresentando-se injuriosas a grande parte da população, deseducadoras e em desacordo com a função e a tarefa da mídia, que é prestar um serviço público de qualidade à população brasileira. Os cidadãos que apresentaram tais queixas fizeram-no com o objetivo manifestar seu pensamento, expressar sua opinião, reivindicando alguma providência dos órgãos competentes.

A fim de deixar claro de onde partimos para produzir tal parecer, iniciamos com uma rápida discussão sobre os pressupostos éticos que fundamentam a análise, pois a discussão no campo da ética pode dar ocasião a muitas polêmicas. Após a discussão sobre o referencial ético, iniciamos a análise. São informados, inicialmente, os procedimentos metodológicos empregados. A seguir, discutimos as diversas informações usadas, analisando as principais categorias que as sistematizam. A interpretação que fazemos tem como pano de fundo o referencial ético apresentado na primeira parte.

Um referencial ético para análise da mídia

Escutamos, a toda hora, alguém dizendo que tal procedimento não é ético, que tal ação é antiética e assim por diante. Qual seria o critério para tal afirmação ou julgamento? O que faz com que uma ação, uma prática e, indiretamente apenas, com que uma pessoa seja ética?

Ao refletir sobre o que é ética e os seus fundamentos, damos-nos conta de o quão complexa é essa questão. Entretanto, ao mesmo tempo, vemos que todos nós, de um modo ou de outro, temos nossas convicções éticas, temos uma ética. Para tê-la, precisamos nos basear em algum fundamento, algum pressuposto filosófico e valorativo. Curiosamente, a maioria das pessoas, apesar de terem esses fundamentos e pressupostos, poucas vezes pararam para refletir e tomar consciência deles e de suas implicações. Nesse sentido, essa rápida discussão traz à baila esses pressupostos, no intuito de facilitar a descoberta do fundamento de ética de cada um. Mesmo os estudos de Kohlberg (1966, 1969) e, em parte, os de Piaget (1932), apesar de ajudarem a identificar “estágios” de consciência ética, não fornecem elementos para que se identifiquem os pressupostos filosóficos e, conseqüentemente, faça-se uma crítica desses pressupostos.

Queremos esclarecer, a diferença que fazemos entre ética e moral, contudo, retornaremos a isso no final desta discussão teórica sobre ética. Entendemos por moral, ou moralidade, os costumes instituídos, a maneira como os grupos e as sociedades valorizam sua maneira de agir e se regular. As leis, a tradição, os costumes etc. fariam parte da moral. Já por ética entendemos uma crítica filosófica dessa moralidade. A ética é parte da filosofia, como é a metafísica e a epistemologia, e propõe-se a encontrar os “fundamentos últimos” de por que as coisas são como são. É a ética que discutimos aqui.

Podem ser identificados dois paradigmas principais que fundamentam as exigências éticas ou os valores éticos presentes ainda na atualidade. O primeiro paradigma é o da lei natural, o segundo é o da lei positiva. A esses dois paradigmas mais clássicos, acrescentamos um terceiro, que questiona os dois anteriores e traz novas considerações para a discussão da problemática da ética: a ética tomada como instância crítica. É a partir desse terceiro enfoque que produzimos nossa análise.

No primeiro paradigma, da lei natural, o grande referencial é a própria natureza. Esse referencial tem a pretensão de dizer que, a partir da atenção à natureza, é possível, de um lado, estruturar uma ética que governe todos os povos e em todas as épocas e, de outro lado, é possível uma “fonte” para essa ética que não seja os costumes ou instituições de determinados povos ou nações. Dentre os defensores de tal paradigma, podemos citar Aristóteles, os estóicos, Cícero e muitos outros seguidores, até os dias de hoje.

Essa tradição dividiu-se em duas vertentes: uma pré-moderna, religiosa, inspirada em Tomás de Aquino, centrada na idéia de um Criador e numa ordem imutável estabelecida por Deus; e outra moderna, secular, inspirada nos escritos de Grotius e John Locke, fiel à mentalidade do mundo moderno que, sem negar a origem divina da natureza, investe na defesa dos “direitos humanos”. Podemos dizer que a primeira caracteriza-se como o “momento do objeto”, como pré-moderna, e a segunda, como o “momento do sujeito”, típica do pensamento moderno. Uma privilegia a estabilidade do objetivo e a outra, a liberdade e a iniciativa do subjetivo. Todavia, o critério que fundamenta ambas é algo exterior: a natureza como produto de Deus Criador, para a primeira, e a dignidade e os direitos fundamentais do ser humano, que podem ser racionalmente conhecidos e justificados, para a segunda. Esse paradigma percorre toda história, sempre com alguns seguidores.

O segundo paradigma, o da lei positiva, surgiu como reação ao paradigma da lei natural, tanto na sua versão religiosa como na versão secular. Há uma rejeição, tanto em nível epistemológico como ideológico, de um apelo a uma ordem natural como referencial ético. Em nível epistemológico, a partir do relativismo cultural, questiona-se a possibilidade de dar conteúdo concreto às leis ditas naturais, ou seja, que elas sejam as mesmas em todas e para todas as épocas e culturas. Em nível ideológico, a experiência histórica do abuso, tanto de poderes religiosos como civis,

de apelar para leis naturais para esmagar seres humanos que se opunham a determinados regimes, levou à rejeição de uma ordem humana e social determinada por uma lei natural preestabelecida. O critério ético passa a ser o que foi escrito e promulgado. É a lei positiva. Tal paradigma é denominado também de Contratualismo. Uma vez promulgada uma lei, ela passa a ser válida. Com isso se evitaria a arbitrariedade e poder-se-ia apelar para algo objetivo que foi formulado e promulgado. Podemos nos libertar, assim, de uma natureza cega, de um lado, e dos mandos e desmandos autoritários de governantes e grupos, de outro.

Como o paradigma da lei natural, o da lei positiva também sofre restrições. Se eventualmente as leis fossem justas, discutidas democraticamente e aplicadas da maneira o mais imparcial possível, o estado de direito poderia ser um forte defensor do direito e das liberdades dos seres humanos. No entanto, o que acontece quando os governadores e os juizes são autoritários e quando alguns legislam em causa própria? O que dizer quando grupos e minorias poderosas forçam a criação de acordos e negociações em proveito próprio? Pode-se ainda dizer que o que é instituído é ético? Vejamos a história recente do Brasil e da maioria dos países da América Latina onde se instalaram ditaduras legitimadas pela Doutrina da Segurança Nacional e onde se modificaram as Constituições dos países na base da força e da pressão. Se é a lei, o instituído, o critério que fundamenta a ética, dever-se-ia dizer que os crimes e assassinatos cometidos nesse período estariam legitimados.

Pelo que se viu até aqui, entende-se que o fundamento da ética é colocado por alguns na lei natural (dado essa lei ser originada por um Deus Criador ou por estar radicada na dignidade do ser humano e de seus direitos inalienáveis) ou num positivismo jurídico, que se radica no texto de uma lei escrita e promulgada. Examinamos as limitações e os perigos que se originam de tais pressupostos. Que fazer, então? Haveria alternativas para fundamentar a dimensão ética? É o que passamos a discutir.

Se as colocações discutidas mostram suas limitações e precariedades, ao mesmo tempo, indicam pistas de por onde se pode iniciar a busca de uma fundamentação ética para as ações e relações. Todavia, é decisivamente importante que, ao perseguirmos tais fundamentações, tenhamos sempre em mente suas possíveis limitações, como exige toda postura crítica. Enquanto permanecermos dentro do que é humanamente instituído, sem apelar para o eterno e o transcendente,

temos de reconhecer nossa “limitude” histórica. Ao reconhecer essa “limitude”, temos de deixar sempre uma porta aberta, a porta de possibilidade de alternativas de crescimento, de transformações, de aperfeiçoamento.

Nesse contexto, cremos que ajudaria, na reflexão, uma noção de ética como sendo uma “instância crítica e propositiva sobre o dever ser das relações humanas em vista de nossa plena realização como seres humanos” (DOS ANJOS, 1996, p.12).

Perscrutando a fundo essa formulação, podemos extrair dela duas dimensões fundantes: a dimensão crítica e propositiva e a dimensão das relações. Elas são centrais para a compreensão mais profunda da ética. Vejamos cada uma detalhadamente.

A dimensão crítica e propositiva

Na sua dimensão crítica, a ética não pode ser considerada algo pronto, acabado. Ao contrário, ela está sempre por se fazer. Ao mesmo tempo, ela está presente nas relações humanas existentes. À medida que ela se atualiza, sofre contradições e, por isso, deve ser questionada e criticada. Nesse ínterim, ela tem de ser propositiva. Não pode se furtar a colocar exigências e desafios, os quais podem ser reelaborados, redimensionados, refeitos e retomados. A ética é sempre do “dever ser das relações humanas em vista de nossa plena realização”. É uma busca infinita, interminável, é uma consciência nítida de nossa incompletude, é um impulso permanente em busca de crescimento e transformação.

Alguns autores da escola crítica, como Karl Otto Apel e Jürgen Habermas procuram resgatar a dimensão ética a partir do discurso. O discurso é o que temos de mais próximo, de mais real e, ao mesmo tempo, de mais interminável. Ele contém a maior possibilidade de criar todas as alternativas possíveis e, ao mesmo tempo, tem pressupostos indispensáveis, sem os quais ele mesmo não pode se sustentar. Traz consigo, também, uma infinidade de caminhos diferentes, dentre eles, a possibilidade de seu próprio resgate. Esses dois pensadores são chamados por Lima Lopes (1996, p.31) de “críticos, somando tanto a crítica kantiana quanto a marxista; podem ser tidos como herdeiros dos ideais de liberdade dos modernos, ao mesmo tempo em que levam a sério a impossibilidade de existência do ser humano não socializado”.

Consideramos fundamental enfatizar a dimensão da crítica, ao discutir a questão da ética. Num trabalho anterior (GUARESCHI, 1992) mostrou-se como o uso cuidadoso e sério da crítica, mesmo ao se discutir as diferentes teorias científicas, leva à própria evidência da impossibilidade de haver uma ciência ou uma prática científica neutra, sem uma dimensão ética. A crítica resgata a dimensão ética de toda ação humana. Ao mesmo tempo, a crítica não encerra a questão da presença de uma dimensão ética específica. Aliás, a própria Teoria Crítica tem como pressuposto a impossibilidade de neutralidade das ações humanas. Toda ação humana, segundo essa escola de pensamento, deve ter como finalidade iluminar e emancipar o agir humano. Não há ação que seja neutra. A que se pretende “neutra”, estaria, na verdade, servindo a propósitos contrários, ou seja, de ocultação da realidade e de manipulação das consciências (GEUSS, 1988).

Como veremos adiante, o próprio John B. Thompson (1995), um dos autores que mais ampla e criticamente analisa a ideologia, define esse conceito como sendo o “uso de formas simbólicas que servem para criar ou manter relações de dominação”. Uma forma simbólica somente é ideológica quando se pode mostrar que ela serve aos propósitos de criar ou manter relações que sejam de dominação, relações assimétricas, desiguais, injustas.

Toma-se aqui dominação como um conceito diferente de “poder”. “Poder” é entendido como uma capacidade, uma qualidade individual de pessoas, algo singular, particular. Nesse sentido, todos os que “podem” fazer algo (trabalhar, falar, escrever etc.) têm um “poder”. Já “dominação” é uma “relação”, sempre se dá entre dois ou mais sujeitos, e acontece quando há uma expropriação de poder. Ela concretiza-se quando alguém retira, de maneira assimétrica ou injusta, um poder de outro.

Para essa concepção de ideologia, então, a dimensão “ética”, a dimensão do “dever (ou não dever) fazer”, está presente. A análise ideológica, nesse sentido, é sempre uma demonstração e uma denúncia da existência de relações assimétricas, desiguais. Ela leva, naturalmente, à constatação de situações que provocam uma tomada de posição, que dificilmente vai deixar as pessoas impassíveis, tranquilas. Essa é a grande vantagem (e ao mesmo tempo o risco) de se tomar ideologia na acepção crítica. Na verdade, o que ajuda os grupos humanos dizer, simplesmente, que “as coisas são assim”, sem que se apresentem elementos de transformação e superação de tais situações?

É importante ainda notar que tanto uma postura teórica, que procura a transformação e a emancipação, como uma postura que toma a ciência como uma prática que diz “como as coisas são” pressupõem, implicitamente, posturas éticas. A primeira, ao assumir claramente que as ações devem levar à iluminação e à libertação. Já a segunda, ao dizer que as coisas devem permanecer como estão, assume postura de manutenção do *status quo*, impedindo que as coisas mudem. Por isso, ser conservador, permitindo que as coisas permaneçam como estão ou impedindo que elas mudem, é uma ação tão ética quanto lutar pela mudança, procurando fazer com que a situação se transforme⁴.

A dimensão da relação

Essa é a segunda dimensão da ética tomada como instância crítica: a ética como ética das *relações*. Essa discussão é provocante e crucial. Numa cosmovisão individualista, em que o ser humano é considerado indivíduo (o *indivisum in se et divisum a quolibet alio*, isto é, o que é um/uno, mas que não tem nada a ver com qualquer outra coisa), sob o império do liberalismo, fica difícil de perceber que a ética somente pode ser dita *das* relações e onde ela mesma é sempre uma relação.

Entendemos por relação a “ordenação intrínseca de alguma coisa em direção a outra”, que a filosofia define como *ordo ad aliquid*. Em outras palavras, relação é algo que não pode ser sem o outro. Vejamos como a questão da relação tem a ver com a justiça e a ética.

Pegoraro (1996) publicou um livro cujo título é *Ética é justiça*, no qual ele recupera a argumentação de Aristóteles, na *Ética a Nicômacos*, em que o filósofo afirma que a justiça é a virtude central da ética, pois ela comanda os atos de todas as virtudes. “Essa forma de justiça não é parte da virtude, mas a virtude inteira e seu contrário, a injustiça, também não é uma parte do vício, mas o vício inteiro” (ARISTÓTELES, 1985).

A afirmação “ética é justiça” torna-se muito clara quando pensamos sobre o que significa “justiça”. Justiça provém de *jus*, que no latim quer dizer “direito”. Alguém é justo quando estabelece relações com outros seres justas. Em outras palavras, alguém sozinho não pode ser justo.

⁴ Para uma discussão mais aprofundada dessa questão, ver Israel (1972), em que se discute o que é “ação” e os pressupostos éticos implícitos em qualquer ação.

Alguém sozinho pode ser alto, branco, simpático, etc., pois isso não implica “relação”, isto é, não implica “outros”. Agora, justo, ninguém consegue ser sozinho, pois a justiça, ou a injustiça, somente entram em cena no momento em que alguém se relaciona com os outros. Isso quer dizer que se pode aplicar o adjetivo “justo” somente a “relação”. Tal adjetivação não pode ser dita de um pólo apenas da relação. Eu sou justo quando estabeleço relações com outros que sejam justas, isto é, que respeitem os direitos dos outros. Justiça tem a ver com o respeito aos direitos das pessoas. Há justiça quando os direitos das pessoas são respeitados.

Do mesmo modo ocorre com a ética. Dizer que ética é relação ou dizer que ética só se pode aplicar às “relações” é afirmar que ninguém pode se arvorar do predicativo de “ético”, a partir de si mesmo, como quer, exatamente, o liberalismo. O pensamento liberal, ao partir da definição de ser humano como “indivíduo”, centraliza tudo no “eu”, no sujeito da proposição. Assim, perdemos a dimensão relacional e, como consequência, mistificamos o verdadeiro sentido de ética. Chegamos, assim, a absurdos sociais como os vividos hoje, em que os direitos de um terço da população não são garantidos e nos blasonamos como éticos ou como um país onde existe ética. Por incrível que pareça, quem decide se somos ou não éticos são os outros. Isso parece chocante e de fato é-o, dentro da cosmovisão egocêntrica e individualista, como é a cosmovisão do liberalismo.

No documento *Exigências Éticas da Ordem Democrática*, da CNBB (1994), a seguinte afirmação mostra quem é o juiz da ética numa verdadeira democracia: “a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da ordem democrática de uma nação” (n.72).

É importante ainda, como o faz Dussel (1986), distinguir moral e ética. Moral são os costumes vividos numa determinada sociedade, aquilo que os grupos e as pessoas estabeleceram como sendo comum, necessário para o andamento e prosseguimento da ordem normal estabelecida. Nesse sentido, todo poder constituído “estabelece as próprias práticas como boas” (DUSSEL, 1986, p.43), sejam elas quais forem. A ética, porém, refere-se aos princípios fundamentais, como a justiça, igualdade e solidariedade. A ética está continuamente na busca de uma sociedade

mais justa e fraterna e do estabelecimento de normas que sejam mais e mais construtoras de seres humanos livres e solidários. Assim, ética busca a libertação pessoal e social das pessoas e das situações de injustiça.

Podemos acenar aqui para a questão da comunicação: a situação em que se encontra a alocação dos meios de comunicação, embora sendo legal, poder-se-ia dizer ética? Estão respeitados os direitos à informação e à comunicação na atual legislação brasileira?

A educação sistemática, em geral, forma, ou conforma, as pessoas a obedecer e a se ajustar aos padrões estabelecidos, aos padrões morais dos grupos e das sociedades. A verdadeira educação, libertadora e autônoma, educa para a formação de uma consciência crítica, capaz de continuamente questionar a situação presente, denunciando profeticamente suas lacunas e anunciando novas perspectivas de crescimento e libertação. Como afirma Dussel (1986, p.46):

Deste modo, a consciência "moral", a partir dos princípios morais de um sistema que seja dominador (como é o caso de sistemas onde há apenas alguns que podem falar e a maioria não tem o direito de dizer sua palavra), cria uma consciência tranqüila, que não dói, ante uma práxis que o sistema aprova mas que pode ser originalmente perversa, de dominação.

Acresce-se a tudo isso ainda uma outra questão, que é o fato de que a mídia eletrônica (rádio e TV) é um serviço público, de acordo com a Constituição de 1988. Por ser um serviço público, essa mídia não tem donos, mas sim concessionários, que, ao receberem a concessão, têm como compromisso implícito prestar serviço da melhor qualidade possível, que seja educativo, promova os valores humanizantes, além de propiciar informação o mais imparcial possível e uma diversão inteligente, sem discriminação e ofensas às pessoas. As colocações que seguem se fundamentam, pois, nos pressupostos éticos discutidos acima.

Análise do programa Big Brother

Esta segunda parte inicia com uma rápida apresentação do método empregado na investigação. Em seguida, são discutidas algumas questões gerais referentes à montagem e estruturação do programa Big Brother.

Entra-se, então, na discussão das diversas categorias que abrangem as informações, interpretadas à luz do referencial ético apresentado na primeira parte.

Método

Brevemente, apresentam-se os procedimentos metodológicos da investigação. Dois conjuntos de informações foram utilizados como material de análise. O primeiro constitui-se *e-mails* coletados pela CAP, cujas cópias foram enviadas a nós, pesquisadores. Algumas dessas cartas são relativamente longas, têm em torno de uma página, outras se compõem de apenas alguns parágrafos. O segundo conjunto é composto por anotações feitas por nós ao assistir ao programa. Alguns programas foram gravados e analisados mais detalhadamente, outros foram estudados no momento de sua audiência. As unidades de análise foram as cenas apresentadas pelo programa.

A partir desses dados, fizemos o que se poderia chamar de uma análise temática: as diferentes unidades de análise, isto é, as diferentes cenas ou narrativas de cenas mencionadas pelos missivistas, foram agrupadas conforme *temas* com características semânticas semelhantes (BAUER e GASKELL, 2002). A interpretação foi feita conforme o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade, de Thompson (1995). Esse referencial caminha por três fases interligadas: a interpretação sócio-histórica, a análise formal ou discursiva, que, nesse caso, foi a análise temática, e a interpretação e re-interpretação das informações.

Questões gerais referentes à montagem e estruturação do programa

Big Brother pertence ao grande capítulo dos *reality shows* criados por John de Mol. Já foi apresentado em diversos países do mundo, com pequenas modificações. Numa das versões brasileiras, 500.000 pessoas inscreveram-se para o programa. Doze mil foram pré-selecionadas e delas, doze foram escolhidas para o elenco.

O primeiro ponto que pode ser questionado é o da transparência na seleção dos participantes. Não se sabe com certeza de que maneira essas pessoas foram selecionadas, quais os critérios de escolha e os compromissos que elas assumem com os organizadores do programa.

Perguntamo-nos até que ponto são verdadeiras as dúvidas, desconfianças e opiniões denunciadas por telespectadores de que os selecionados (indicados) eram dentre alguns apadrinhados por funcionários, bem como já tinham determinados compromissos com o programa, principalmente de desempenhar certos papéis, participar de determinados jogos psicológicos etc. Alguns telespectadores dizem ter certeza de que tudo não passava de uma combinação das partes envolvidas. A finalidade do programa, então, seria a de os participantes somente serem apresentados na mídia, visando assim a posteriores contratos. Outros dizem acreditar que o programa já iniciou com o ganhador definido, que as ligações visam somente à arrecadação, ao lucro, pois, quem garante que os resultados das votações são aqueles apresentados ao público, sem números, apenas em porcentagem?

Com base no referencial ético que nos guia, no qual ética é uma instância crítica que se consegue numa ação comunicativa, pergunta-se: Onde fica a transparência das informações e a possibilidade de uma comunicação em pé de igualdade? Essas são questões que deveriam ser esclarecidas à população, visto que se trata de um jogo com premiação, e, sendo um jogo, as regras devem ficar claras a todos os participantes, dentre os quais se incluem os telespectadores votantes.

A suposição seria que as pessoas chegassem ao programa sem compromisso algum, isto é, sem firmar acordos prévios e de maneira “justa”. O quanto isso é verdade? O programa não se encarregou de esclarecer.

O segundo ponto fundamental no que se refere à estruturação do programa diz respeito a como se dão seu processo e sua constituição. Pergunta-se, por exemplo, qual é o critério para a seleção das cenas que são passadas ao público. Evidentemente, há escolha de determinadas cenas, que são editadas. Essa escolha é a que dá, praticamente, o teor do programa. Daí, pergunta-se: O que é escolhido? Com que critérios? A “edição” dos programas talvez seja a questão maior e mais séria. Nesse caso, a questão é: Quem manipula quem?

A edição das cenas e a apresentação delas vão conduzindo a trama. Apresenta-se uma realidade que sequer pode ser validada por seus atores, pois fica a cargo do apresentador, apoiado nas cenas, conduzir os fatos e dar a eles o caráter que bem entender. O apresentador não poupa ocasião para criar estereótipos dos concorrentes.

Então, Harry é o “rabujento” e “reclamão”, Jan Massumi é o “preguiçoso”, Sabrina é a “gatinha risonha e sexy”, Elane é a “menina primitiva e tosca”, Dhomini é o “palhaço tarado”, Viviane é a “boazuda culta e discreta”, dentre outros tantos personagens que o programa se encarregou de construir e legitimar.

Desse modo, não é dada ao telespectador a possibilidade de concluir por si quem é quem ou o quê. As cenas não são somente apresentadas, mas sim comentadas. Está no ar uma realidade fictícia de bandidos inteligentes e sacanas contra mocinhos sensuais e ingênuos. Os pressupostos éticos da possibilidade de todos os atores manifestarem sua palavra e serem informados dos fatos são negados.

Passamos agora à análise das diferentes categorias.

A traição ao cotidiano

Talvez o ponto central que questionamos (e com isso concorda a maior parte das reclamações enviadas à Comissão), é que o programa Big Brother Brasil passa para a população brasileira uma representação e um ensinamento, tácito ou mesmo manifesto, de um cotidiano corriqueiro, em que predominam a ociosidade, a promiscuidade e a competição. Percebemos que a maior parte do que é selecionado são cenas de banalidades, provocações, sensacionalismos, enfim, não certamente o melhor de tudo. Segundo alguns, é o pior de tudo. É difícil aceitar que, quando várias pessoas passam a viver em grupo, a principal relação que se estabelece seja a de competição, de guerra e de intrigas, em que um procura dominar ou destruir o outro. Difícil também é negar que essas relações são estimuladas pela própria estrutura do programa, que determina semanalmente que o próprio grupo “exclua” alguns, ou seja, coloque-os no chamado “paredão”, e que aos espectadores é feito o convite para “torpedear, executar, eliminar” os participantes. Cabe ressaltar que, nos dias de “paredão”, são registrados os maiores índices de audiência. Numa análise psicanalítica do programa, Meira *et al.* (2003, p.17) dizem que “ao público é dado o direito de, onipotentemente, exercer o domínio sobre o destino alheio, ou seja, decidir quem deverá *viver* ou *morrer*”. Já os excluídos, conforme revela seu comportamento (ou o comportamento pedido pelo programa, nunca se sabe), procuram inventar maneiras de evitar, por meio de diferentes táticas, sua possível exclusão.

Muitos se perguntam por que Big Brother não poderia ser um programa que levasse ao crescimento humano e psicológico das pessoas, a uma crítica do cotidiano e a uma vivência do cotidiano em suas profundas dimensões de humanidade, partilha, felicidade e amor? — à exceção do romance de Sabrina e Dhomini, um caso de traição e amor fugaz. Ao contrário, o programa produz e apresenta um cotidiano artificial, mesquinho, as vezes degradante. No dizer da psicanalista Maria Rita Kehl (2003, p.87), os *reality shows* “vendem aos espectadores o espelho fiel de sua vida amesquinhada sob a égide severa das ‘leis de mercado’. Vendem a imagem da selva em que a concorrência transforma as relações humanas”.

Talvez por isso, a melhor palavra para classificar o programa seja mesmo “traição”. Poder-se-ia criar algo construtivo, humanizante, engrandecedor, mas o que se vê é a traição de um pressuposto que está, ao menos implicitamente, no direito de toda uma população, o de que a mídia lhe apresente algo positivo e não uma série de mesquinhas, “conspirações, traições, armadilhas, estratégias descaradas para passar a perna nos companheiros e garantir a própria permanência [...] trata-se de “sadismo”, sim, mas não sexual” (*Idem*).

Domenico de Masi, sociólogo italiano, falando sobre o Big Brother, assim se expressa:

Esses programas de televisão revelam grupos de pessoas que não conseguem dar sentido ao tempo e ao ócio, e nem é por culpa delas. É que não foram educadas para isso. E o pior é que, do outro lado da tela, há milhões de pessoas que também poderiam estar aproveitando melhor o tempo. Programas desse tipo são a morte do tempo (apud VIEIRA, 2002, p.35).

O que se vê, principalmente ao final dos programas, são pessoas encostadas pelos cantos, amaldiçoando o peso do tempo, o marasmo dos fatos, o tédio dos companheiros. O fiel telespectador sente-se enternecido com esse tipo de lamúria e quase chora com seu herói solitário. Quem está vendo e quem é visto são peças de um mesmo xadrez.

Pode-se perguntar que tipo de sociedade estamos construindo assim. A maioria da população tem a televisão quase como único meio de lazer e informação. Vendo esse programa, o que pode desejar?

Que valores são alimentados? A “realidade” de nossas vidas tem de ser assim tão pobre, tão mesquinha, tão pouco inteligente? Por que não cenas de pessoas inteligentes, cultas, criativas, engraçadas. Não se necessitaria saber a que hora elas vão ao banheiro, se brigam com o companheiro, se acordam de mau humor ou se estão com vontade de enganar seus concorrentes ou malfeitores. Até quando estaremos submetidos à tirania do vale-tudo na corrida pelo Ibope?

Como diz Vieira (2002, p.23): “[...] as famílias não conseguem impedir que esse tipo de mediocridade invada suas casas. Existem formas menos rudes, grosseiras, burras e mesquinhas de tratar e discutir os problemas do humano, sem precisar apelar para baixarias e mediocridades. A vida pode ser mais bonita, mais estética, mais respeitosa, mais interessante”.

A pergunta que os telespectadores se fazem é: Os responsáveis por uma comunicação, que é um serviço público, não deveriam não permitir, muito menos promover, a banalização de coisas sérias e a supervalorização de banalidades?

Sobre isso, no dizer de Vieira (2002 p.37-38) temos:

[...] os participantes dos programas parecem perder o sentido tanto do seu habitat como do dia e da noite. Nas edições que são exibidas em horários nobres de programação, parecem zumbis que conversam longamente em alta madrugada e têm dificuldades para identificar qual é o tempo de parar e de recomeçar suas longas horas sem ter o que fazer... as horas vividas sem proveito travessem-se em doidos cenários onde se fabrica compulsivamente a futrica, intrigas e traições, e onde se elaboram as maquinações engenhosamente alimentadas pelo desejo de destruir. Fazem galhofa da miséria alheia, tripudiam em cima de fatos reveladores da fraqueza de um ou outro concorrente, armam estratégias de eliminação dos pares. O jogo é competição. O que forma o escândalo da agressão ao sentido do tempo é justamente a falta de inteligência e de bondade na forma de ir consumindo o dia.

Como bem diz o subtítulo do trabalho desse autor, há uma “traição à espiritualidade do cotidiano nos *reality shows*”.

Competição

O programa, numa análise mais global, é um modelo de vida marcado pelas tendências da competição e da exclusão, do sucesso individual a qualquer custo. No zoológico da televisão, os jogadores só respeitam a lei da selva, ou seja, a do mais forte, do mais esperto. Nos “confessionários” eletrônicos desses programas, os jogadores revelam uma ambigüidade de causar pena. Delatam os melhores amigos, justificam suas traições, invocando fatos banais, ou simplesmente não sabem o que dizer no momento de dar a razão das escolhas feitas no jogo.

Como muito bem expressa Maria Fontenelle (*apud* VIEIRA, 2002, p. 15):

[...] empacotados em embalagem moderna, repetem a mesma lógica dos gladiadores romanos; eliminar o adversário a qualquer custo e se exhibir a uma platéia ávida por emoções fortes e bizarras. E, talvez, ganhar um papelzinho na televisão ou um convite para posar como modelo.

A forma de eliminação adotada no programa é uma espécie de morte. Cada vez que alguém sai da casa, é como se fosse celebrado um funeral. Além disso, a repetição semanal produz certa perversão. No começo, os participantes sentem profundamente, depois, as saídas tornam-se uma espécie de experiência sadomasoquista: ficam tristes por estarem sendo submetidos àquele tipo de prova, mas sabem que precisam suportar aquilo com certa classe.

Aos telespectadores é dada a possibilidade de, por intermédio do outro, exercer e sentir sem medo o gosto da perversidade, pois, como telespectadores votantes, não correm o risco de sentir-se culpados ou vir a responder pelas conseqüências do sofrimento alheio. É permitida a todos a impunidade e, conseqüentemente, reforçadas a irresponsabilidade e também a impunidade, práticas tão presentes em nossa sociedade.

Essa guerra diária capitalista, sob a máscara da amizade e do bom convívio, deixa os telespectadores confusos, passivos e amortecidos em suas poltronas.

Mercado e dinheiro

Jurandir Freire Costa (2002, p.5), comentando o programa, diz estar nele presente uma amoralidade do lucro:

Os programas escancaram o que a maioria aceita e a minoria – por pudor e integridade – reluta em admitir. Outrora, a recompensa do agir moral era o reconhecimento, a admiração e o respeito de todos. Agora, valemos o que pesamos em dinheiro; o que se tem e exhibe é a medida do que se é.

Para se ter uma idéia da corrida enlouquecida por dinheiro, lembremos que 500 mil pessoas se inscreveram para o programa, que foi feito com anônimos. Delas, 12 mil foram pré-selecionadas e doze foram escolhidas para o elenco.

É difícil ter uma idéia de o quanto os canais de televisão lucraram com tais programas. No caso dos *reality shows*, um dos canais vendeu quatro cotas publicitárias de 4,8 milhões cada. Outro vendeu duas cotas por 11,2 milhões. A Fiat investiu, nas duas primeiras experiências brasileiras do Big Brother, mais de 11 milhões.

As pessoas fazem tudo para conseguir o prêmio de 500 mil reais. Algumas se sujeitariam a ficar 10 dias comendo apenas marmelada, outras, a não tomar banho durante uma semana, sem falar da exposição ao ridículo ou mostrar seus corpos nus. O que o programa sugere e ensina, em seu currículo oculto, é que, pelo dinheiro, quem rege pode tornar-se um tirano e quem obedece, um escravo. Na esteira em que comanda o dinheiro, os amigos são traídos e os segredos revelados, em troca de uma “boa bolada”. Por causa da prata, os traidores cortejam, os parasitas adulam, o dissoluto jura, a pessoa honrada corrompe-se, o honesto torna-se um impostor, o irmão vira um estranho e todos se pervertem.

Os interesses do mercado detêm a batuta dessa tragicomédia da realidade. O que conta, acima de tudo, é elevar audiência dos canais de televisão. O Brasil torna-se assim cenário de uma disputa imoral por números campeões de audiência. Nossos maiores conglomerados de comunicação são adeptos incontestes de uma busca insana por audiência a qualquer preço. Como diz Vieira (2002, p.140), “o resultado natural dessa mixórdia é o aparecimento de programas escabrosos e perpetuação de batalhas semanais nas quais a baixaria tem lugar garantido”.

Liberdade, intimidade

Outro ponto muito questionado pelos telespectadores refere-se uma questão bastante delicada, difícil até mesmo de discutir, mas, de qualquer modo, relevante para quem pensa numa comunicação que se guie pela ética e pelo respeito. Essas questões têm a ver, por um lado, com o grau de exposição possível e permitido no campo da intimidade e, por outro lado, com o grau de liberdade que fica comprometido em tais programas.

Ciro Marcondes Filho (2002, p.9), comentando o programa, afirma:

O íntimo outrora era o segredo de cada um, seu “tesouro”. Havia boa demanda para isso, as pessoas se marcavam pelo mistério. Era a alma do romantismo. Hoje, com a massificação e a impessoalização, terminou a demanda do íntimo, seu preço de mercado despencou. As pessoas entregam-no facilmente. A miséria se desmaterializou, chegou ao espírito... É a TV do “trash”, em que platéias deliram com confidências escandalosas.

A impressão que se tem é que a intimidade veiculada nos programas produz uma espécie de pornografia “inocente”, porque intimidade mostrada não é mais intimidade.

Como diz Vieira (2002, p.31):

[...] há elementos diabólicos na sofisticada exposição dos programas: o enfado da pessoa com ela mesma e a morte da surpresa. Os participantes são submetidos a um ritual cotidiano tão invasivo que diminui, de forma grave, o entusiasmo em se produzir e apresentar-se diante dos colegas e do público. Qualquer arranjo vai parecer artificial e pouco interessante. A pessoa é roubada na sua capacidade de surpreender. Não há o que dissimular ou criar: está tudo gasto. A surpresa foi assassinada pelo olho da câmara cruel. Quando termina a série de dias de confinamento e essas pessoas se apresentam diante do público, elas ficam irreconhecíveis.

Ainda, como diz Antônio Mazzi (*apud* VIEIRA, 2002) sobre o Big Brother, as pessoas devem convencer-se de que a televisão é muito pior do que qualquer tirano, pois extrairá centímetro por centímetro a nossa intimidade, corromperá nosso coração e tornará cretino nosso cérebro.

Além do mais, é difícil afirmar que é autêntica a tal intimidade mostrada no vídeo. As pessoas agem sabendo que estão sendo acompanhadas pelas câmeras e volta e meia se referem ao público com cartadas de afeto. Querem “sobreviver”. Sabem que o olho eletrônico do espectador não perdoará o mínimo deslize. Por isso, choram ao perceber que deram uma derrapada, pedem perdão, ficam deprimidas. A realidade vista não é precisamente realidade. Elas correm o risco de se tornar adúladoras do público. A essa altura, a originalidade pessoal de cada um já está irremediavelmente perdida. O que o *voyeur* de plantão assiste é à atuação de atores canastrões.

Assim, além de pôr fim a nossa intimidade, também nossa liberdade é ameaçada com toda essa exposição. Um grupo de pessoas estranhas é jogado em um ambiente artificialmente familiar. Desse grupo arranca-se a liberdade. Enjaulados, poucos conseguem conservar sua dignidade e mesmo a sua sanidade. Passam a reagir como criaturas que se angustiam com a redução de seu território para ir e vir, correndo o risco de uma desumanização cruel. Se é verdade que a clausura pode ajudar, se for para mergulhar em si mesmo, para refletir e meditar, as atividades propostas no programa impedem isso e fomentam disputas, distração, extroversão, bebedeiras, descontroles, mexericos etc.

Referente a isso, Meira *et al.* (2003, p.21) diz que “o homem moderno acaba por furtar-se da viagem para dentro de si e, desta forma, dá força ao que convida à alienação”.

Numa das críticas enviada à CAP, o cidadão denuncia a:

[...] ofensa à dignidade humana e o desrespeito aos direitos humanos com a venda de imagens de pessoas que instigam a outra para fazer sexo aos olhos de quem estiver assistindo, de pessoas que rolam debaixo da mesma coberta, de conversas insinuosas e por vezes explícitas, tudo isso não passa de uma violência.

Assim, vende-se a intimidade das pessoas, em contrapartida com a perda da identidade de quem se espelha naqueles modelos de comportamento.

Outro cidadão diz ser

[...] deprimente ligar a televisão e não ter outra escolha, quem não estiver satisfeito que saia da sala, é chegada a hora do Big Brother Brasil e tudo que se possa imaginar de "corriqueiro", seria até suportável, mas é desmoralizador e no ritmo que vamos, breve estaremos: "Pai, mães, filhos netos e bisnetos", assistindo filmes pornográficos, ou quem sabe uma cena de sexo explícito ao vivo. Não é fantástico?

Obscenidade

É importante resgatar aqui a etimologia da palavra "obsceno". O "ob-ceno", fora de cena, contrapõe-se ao "in-cena", o que a cena mostra. O que os programas mostram é algo desfocado. Em primeiro lugar, escolhem-se corpos esculturais para que, durante o confinamento, estejam o tempo inteiro seminus. A partir daí, como salienta Vieira (2002, p.70), "as câmeras percorrem famintas os ângulos mais insinuantes. Cangas, sungas, roupas íntimas e muitas bermudas lotam o guarda-roupa das versões". A particularidade erótica de determinada cena vem apresentada avulsa, fora da trama. Essa imagem ganha sentido próprio. Sendo assim, ocorre que uma cena na qual se mostra uma parte do corpo das pessoas ou um de seus membros pode vir a ser um objeto estimulante para olhos ávidos. Obsceno, portanto, é o detalhe que se apresenta como completo em si mesmo e reclama a atenção, impondo a própria capacidade de atrair, prescindindo de qualquer significado que o transcenda.

Eugênio Bucci (2002, p.5) chega a ser veemente em sua análise de algumas "ob-cenas" do Big Brother:

Olha a picanha aberta, escancarada, rasgada. E o cupim, você viu? A carne explícita, despida, despojada, sem couro, sem pelo, sem osso quase nenhum. Será que o esquartejamento não é um striptease sem freios? Existe a pornografia bovínofágica?

Um telespectador denuncia as chamadas do Big Brother durante outros programas, como no Fantástico no dia 16 de fevereiro de 2004, a qual

[...] destacava uma das participantes com um texto apelativo ao extremo, usando inclusive de obscenidades, mostrando os atrativos da moça, tratando-a como uma peça de carne no açougue, referindo-se que a moça possuía belos nacos de carne muito bem distribuídos. Para tentar garantir a audiência desta baixaria, incluiu cenas da tal moça praticamente nua. Um péssimo exemplo de exploração da mulher como simples objeto sexual descartável. Uma lástima.

Outro simplesmente diz:

Venho denunciar o mar de pornografia que é livremente transmitido diariamente pela TV-Globo no programa Big Brother Brasil.

Foi constrangedor ver o Pedro Bial provocar os telespectadores para que, após a exclusão da participante Sabrina, eles passassem a apreciar a bunda da Viviane...

Sinceridade e verdade versus cinismo e hipocrisia

Um questionamento bem mais profundo pode ser feito a esse tipo de programa: O quanto ele representa de verdade e o quanto há nele de hipocrisia?

Alberto Dines (*apud* VIEIRA, 2002, p.99), em um de seus comentários, chega a afirmar:

Esses shows são enganosos; estas privacidades são falácias; as portas que as protegem são trapças; os buracos nas fechaduras são simulados; o improvisado é fictício; e a masturbação coletiva só tem um objetivo: ludibriar a realidade.

Na verdade, após tantas hipocrisias e tantos enganos, nunca se sabe se um sorriso significa o que um sorriso deveria significar. Risos cheios de suspeitas soam como punhais de traição. A alegria não é sincera, é criada, artificial. Alegria como máscara é uma das mais pérfidas criações do ser humano. As emoções são fictícias, e a falsa emoção é o fim da emoção. Os atores, para realizar essa façanha, precisam alimentar-se com uma certa dose de menosprezo pelos semelhantes, pela própria vida e pelas circunstâncias. A abundância de risadas desprovidas de sentido e de senso do bem, de humor criativo ou de situações inusitadas e divertidas revela uma quase doença emocional.

Além do mais, a verdade do dia-a-dia, apresentada nas cenas desses programas, é a pior face da convivência humana. Seria triste considerar válido o que os participantes do programa vivem. Nessa situação, o que é passado aos lares são mexericos, futricas, mesmices e algumas cenas provocantes de sexo.

Uma última consideração é o fato de que o programa cria um laboratório perigoso, em que se coloca, como em um tubo de ensaio, aquilo que o ser humano tem de mais assustador, ou seja, a sua capacidade de jogar com a vida dos outros. Sobre isso, Vieira (2002, p.101) diz que:

[...] essa potência humana já escreveu a história do planeta com letras de sangue. Reinos e nações foram sacrificadas por causa da desfaçatez de uns poucos, quando externalizam esse grande poder que trazem consigo. O cinismo já montou doutrinas capazes de convencer que algumas pessoas devem sempre estar por cima de outras... cínicos lances.

Nesses arremedos de realidade que a TV tem produzido, a verdade tem passado por provas terríveis. Mentiras bem maquiadas podem seduzir. Muitas pessoas acreditam religiosamente que toda aquela trama é sincera. Tem-se a impressão de uma pantomima espontaneísta: de um lado, atores fazendo de conta que acreditam em tudo e que gestos e conversas são frutos da mais casta naturalidade; de outro, aqueles que acompanham as cenas, fazendo uma mímica patética, confirmam que acreditam que as pessoas do vídeo acreditam. No fim de um programa, há uma multidão prostrada, uma tragédia dos que preferiram ver a viver.

Alternativas

A pergunta que naturalmente nos fazemos é a seguinte: Não seria possível aproveitar a novidade do programa para coisas mais humanas e mais inteligentes? Cremos que sim. Os franceses, por exemplo, não tão acostumados a tais baixarias, resolveram adaptar o programa a um estilo culturalmente mais aceitável, mais provocante e atraente, com o título: *Vous connaissez la nouvelle?* – que poderia ser traduzido como: *Sabe da última?*. Os participantes são quatro escritores que ficam fechados em uma casa com a missão de produzir um conto de dez páginas cada um. O material que fosse produzido em seus computadores portáteis seria mostrado pelas câmeras. A emissora responsável pela produção garantiu que uma eventual guerra de egos entre os participantes e a interferência do público, que poderia enviar sugestões e críticas aos escritores, garantiriam momentos de grande excitação intelectual. Cremos que tal programa é o que se pode considerar um tipo de “vingança” dos indignados com tal gênero.

Como conclusão, gostaríamos de repetir que nosso intento, com a análise feita, não é apenas criticar por criticar, num espírito negativista e destrutivo. O que nos anima é ver que tanta criatividade, tanta engenhosidade poderia ser empregada para algo melhor, educativo, libertador, construtivo, inteligente, humanizante. Gostaríamos de que nossa análise fosse, por isso mesmo, tomada como, de um lado, respeito por tantas pessoas que manifestaram ressalvas sérias aos programas e que merecem ser ouvidas nesse diálogo que constrói uma ética como instância crítica do dever ser, por meio de uma ação comunicativa; e, de outro lado, como um desafio aos responsáveis por tais programas, para que eles possam superar tais limitações e colocar a mídia, de fato (e essa é sua tarefa fundamental e primeira), como um serviço público para o entretenimento, bem-estar, crescimento e a educação de toda a população.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. In: KURY, M. da G. (Org.) Brasília: Ed. da Universidade, 1985.

BAUER, M. e GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BUCCI, E. *Folha de São Paulo*, 03 fev. 2002, Crítica, p.04.

COSTA, J. F. *Folha de São Paulo*, 31 mar. 2002, Caderno Mais, p.04-05.

CNBB (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL). *Exigências éticas da ordem democrática*. São Paulo: Edições Paulinas, 1994.

DOS ANJOS, M. F. Apresentação. In: DOS ANJOS, M. F. e LIMA LOPES, J. R. *Ética e Direito: um diálogo*. Aparecida, SP: Santuário, 1996.

DUSSEL, E. *Ética Comunitária*. Liberta o pobre! Petrópolis: Vozes, 1986.

FILHO, C. M. *Folha de São Paulo*, 31 mar. 2002, Caderno Mais, p.08-09.

GEUSS, R. *Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas: Papyrus, 1988.

GUARESCHI, P. A emergência da consciência ética. In: GUARESCHI, P. e SUZIN, L. C. *Consciência Moral Emergente*. Aparecida, SP: Santuário, 1992.

ISRAEL, J. Stipulations and Construction in the Social Sciences. In: ISRAEL, J. e TAJFEL, H. *The context of Social Psychology*. Londres: Academic Press, 1972, p.123-211.

KEHL, M. R. *Revista Época*, 17 fev. 2003, p.87.

KOHLBERG, L. A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes. In: MACCOBY, E. E. (Ed.). *The development of sex-differences*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

KOHLBERG, L. A cognitive-developmental approach to socialization. In: GOSLIN, D. *Handbook of Socialization*. Chicago: Rand-McNally, 1969.

LIMA LOPES, J. R. Ética e Direito – um panorama às vésperas do século XXI. In: DOS ANJOS, M. F. e LIMA LOPES, J. R. *Ética e Direito: um diálogo*. Aparecida, SP: Santuário, 1996.

MEIRA, A. C.; LUCCHESI, A. P.; FORMOSO, C.; GIRON, G.; SEVERO, J.; JUNG, K.; LAMPERT, S.; NOTTI, S. Big Brother: uma compreensão psicanalítica para além do Record de audiência. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, n.2, p.16-22, 2003.

PEGORARO, O. *Ética é justiça*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PIAGET, J. *The Moral Judgement of Child*. Glencoe, Ill.: Free Press, 1932.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995

VIEIRA, R. *Big Brother*. Aparecida: Santuário, 2002.

*(Recebido em abril de 2004 e aceito para
publicação em outubro de 2004)*